

INFORMATIVO TRT2

Atos normativos da semana



N. 10

Período: 13 a 17 mar. 2023



Ato n. 11/GP, de 8 de março de 2023

Altera o Ato n. 76/GP, de 18 de dezembro de 2018, para alterar a estrutura organizacional da Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental, incorporar o Centro de Memória do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região na Coordenadoria de Gestão Documental, e dá outras providências.

Comunicado n. 1/GP de 13 de março de 2023

Comunica o fechamento do edifício-sede e o funcionamento dos órgãos de direção do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região nas instalações do Edifício Millenium, no período de 13 de março de 2023 a 31 de maio de 2023.

Edital de remoção n. 10, de 13 de março de 2023. Proad n. 10.342/2023

Comunica abertura de concurso de remoção para provimento do cargo de Juiz Titular da 5ª Vara do Trabalho de Barueri.

Portaria n. 20/DGA, de 14 de março de 2023

Altera as portarias de designação de fiscalização dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Provimento n. 1/GP, de 14 de março de 2023

Altera o Provimento GP n. 2, de 20 de dezembro de 2022, que esclarece as hipóteses em que os autos principais serão obrigatoriamente encaminhados à Coordenadoria de Cálculos em Precatórios e Requisições de Pequeno Valor, na forma que especifica.

Ato n. 13/GP, de 15 de março de 2023

Dispensa o uso de máscaras de proteção respiratória para fins de ingresso e circulação em todos os prédios do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Portaria n. 19/DGA, de 10 de março de 2023

Designa servidores para atuarem como Gestores e Fiscais dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

AGU

[Portaria Normativa n. 87/AGU, de 14 de março de 2023](#)

Revoga a Portaria Normativa n. 73/AGU, de 12 de dezembro de 2022, que dispõe sobre os requisitos formais, a documentação necessária, a possibilidade de exigência de prestação de garantias e os procedimentos a serem observados pelos órgãos da Advocacia-Geral da União e pela administração pública direta, autárquica e fundacional, quanto ao recebimento por parte de órgãos e entidades públicas federais de oferta de créditos líquidos e certos, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, nos termos do disposto no § 11 do art. 100 da Constituição, e institui Grupo de Trabalho para elaborar para o Advogado-Geral da União proposta de ato normativo que sucederá a Portaria Normativa revogada.

CNJ

[Portaria n. 52/CNJ, de 3 de março de 2023](#)

[Portaria n. 57/CNJ, de 7 de março de 2023](#)

Institui o regulamento do Ranking da Transparência do Poder Judiciário – Ano 2023.

[Portaria n. 60/CNJ, de 8 de março de 2023](#)

Altera a Portaria n. 360/CNJ, de 11 de outubro de 2022, que designa representantes do Conselho Nacional de Justiça para participar de colegiados ou grupos de trabalho externos.

[Resolução n. 490/CNJ, de 8 de março de 2023](#)

Institui o Fórum Nacional do Poder Judiciário para a Equidade Racial (Fonaer), destinado a elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema.

CSJT

[Resolução n. 354/CSJT, de 16 de fevereiro de 2023](#)

Altera a Resolução n. 199/CSJT, de 25 de agosto de 2017, que regulamenta as consignações em folha de pagamento de magistrados, servidores e beneficiários de pensão,

TST

[Ato Conjunto n. 11/TST.CSJT.GP, de 9 de março de 2023](#)

Altera o Ato Conjunto n. 46/TST. CSJT. GP, de 4 de julho de 2022, que cria o Grupo de Trabalho para especificação de requisitos negociais do módulo eRec do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe).

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

[Portaria n. 720/SEGES.MGI, de 15 de março de 2023](#)

Fixa o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Congresso Nacional

[Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional n. 6, de 2023](#)

Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória n. 1.143, de 12 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o valor do salário mínimo

Dispõe sobre a Estrutura
Orgânica do Conselho
Nacional de Justiça.

no âmbito da Justiça do
Trabalho de primeiro e
segundo graus.

a vigorar a partir de 1º de
janeiro de 2023.

Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Edifício Sede - Rua da Consolação n. 1272 - 2º andar
CEP 01302-906 - São Paulo - SP
Tel: (11) 3150-2359

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental



Basis TRT2

Revista do Tribunal